

1. INTRODUÇÃO

A **Plenária Inicial** do V Fórum da Internet no Brasil e Pré IGF Brasileiro 2015 foi realizada no dia 15 de julho de 2015 no Fiesta Convention Center em Salvador (BA).

Foi coordenada pelo Secretário Executivo do CGI.br, **Hartmut Glaser** e teve como painelistas, conselheira e conselheiros do CGI.br, representantes do Terceiro Setor, **Flavia Lefèvre**, e **Carlos Afonso**, representante do Setor Acadêmico **Flávio Wagner** e representante do Setor Empresarial, **Henrique Faulhaber**. Como convidado especial da Plenária Inicial, **Embaixador Benedicto Fonseca**, do Ministério das Relações Exteriores - Itamaraty.

A abertura dos trabalhos foi iniciada com um discurso do Secretário Executivo do Comitê Gestor da Internet (CGI.br) explicando a importância do painel, dos painelistas, do convidado especial e também da temática. O tema escolhido, Evolução da Governança da Internet, será utilizado no *Internet Governance Forum* (Fórum de Governança da Internet - IGF). No Fórum da Internet no Brasil foi acrescentada a temática "Empoderando o Desenvolvimento Sustentável". Hartmut acrescentou que este é um tema geral da ONU para este ano. Chamou todos os painelistas e o convidado para compor a mesa, dando início a Plenária Inicial.

Assim, o presente relatório possui a seguinte parte:

1. Exposição dos(a) Painelistas e Convidado Especial da Plenária Inicial;

2. EXPOSIÇÕES DOS(A) PAINELISTAS E CONVIDADO ESPECIAL DA PLENÁRIA INICIAL

A plenária inicial teve a apresentação de quatro painelistas e um convidado especial.

O convidado especial do Ministério das Relações Exteriores - Itamaraty, **Embaixador Benedicto Fonseca**, explicou que a governança na Internet é entendida como um ecossistema que envolve uma multiplicidade de participantes e que os direitos fora da Internet devem ser respeitados dentro dele. Exemplificou que o modelo multissetorialista exige a participação de todos os setores e deve levar em conta os papéis e responsabilidades de cada um. Ressaltou que o Brasil defende a renovação do *Internet Governance Forum* (Fórum de Governança da Internet - IGF) como um fórum permanente do mundo. Enfatizou que a interação do Itamaraty com o CGI.br é imprescindível para o alinhamento da atuação internacional, além de manter o CGI.br informado dos desdobramentos e ações de governança da Internet no mundo.

A conselheira do CGI.br representante do Terceiro Setor, **Flavia Lefèvre**, defendeu a banda larga ser um direito de toda cidadã brasileira e todo cidadão brasileiro. Relembrou que existe uma campanha da sociedade civil brasileira há 5 anos. Destacou que o Marco Civil da Internet é a legislação que permite a universalização do acesso à Internet, não se prendendo a interesses comerciais. Para ela, a aprovação do Marco Civil da Internet foi difícil e é preciso continuar a batalha da regulamentação da neutralidade, para garantir a democracia no universo da Internet. Disse acreditar ser importante a discussão multissetorial utilizada nos fóruns de discussão do CGI.br.

O conselheiro do CGI.br representante do Terceiro Setor, **Carlos Afonso**, destacou que o Marco Civil da Internet deixou claro a importante participação do CGI.br em parceria com órgãos competentes para cumprir os artigos previstos na legislação. Avaliou que todo domínio .br tem o mesmo valor e contribui para diversas iniciativas do CGI.br, como o Ponto de Troca de Tráfego (IX.br). Explicou que o CGI.br tem sido convidado internacionalmente para compartilhar sua experiência multissetorial, exemplificando como o caso do convite do primeiro-ministro italiano e a inspiração do Líbano no modelo de governança do CGI.br. Enfatizou a importância da rede sub-fluvial de fibra ótica do rio Amazonas que está levando Internet em locais que apenas pensava-se que só poderiam ser alcançados via satélite e rádio e lembrou da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e sua potencialidade para prover acesso à Internet.

O conselheiro do CGI.br representante do Setor Acadêmico, **Flávio Wagner**, enfatizou que a Internet é meio para desenvolvimento e distribuição de riquezas, mesmo nos locais mais distantes dos centros urbanos e o conceito de desenvolvimento sustentável envolve o uso da Internet como meio de promoção social e econômica, permitindo que toda a sociedade seja ativa na geração de serviços e conteúdos. Para ele, o CGI.br tem o papel de propor diretrizes para o uso e desenvolvimento da Internet no país e o dever de zelar pela interpretação e boa aplicação do Marco Civil da Internet. Sendo a neutralidade da rede essencial para a inovação, geração de novos negócios e distribuição de riquezas, a

Internet não pode ser dominada por modelos de negócios de grandes corporações, visto que não há setor da economia que não seja impactado pelas TIC e pela Internet. Para isso, é importante preservar o que já foi conquistado, contudo, apesar do protagonismo do CGI.br no mundo, é ilusório acreditar que todos os princípios de governança conquistados no Brasil serão respeitados no mundo, pois há países em que não estão consolidados os princípios.

O representante do Setor Empresarial, **Henrique Faulhaber**, destacou que a Internet é um fato econômico e existe o foco na governança local do Brasil. Apontou quatro pontos para discussão: universalização do acesso, segurança da Internet, reforço da governança multissetorial da Internet no Brasil e privacidade.

O coordenador da Plenária Inicial, Hartmut Glaser, explicou que o convidado especial para este painel, o Embaixador Benedicto Fonseca do MRE possui uma cadeira de observador no CGI.br. Ele também é o coordenador de temas científicos e tecnológicos e os trabalhos de relação internacional de informática e sociedade de informação também estão na pasta do Embaixador. Como atualmente a Internet brasileira também é internacional, Glaser julga que a assessoria do MRE é necessária. Hartmut passou a palavra para Benedicto.

A) Exposição do Embaixador Benedicto Fonseca

Iniciou sua fala agradecendo as palavras de Hartmut Glaser e saudou todos os participantes, além de agradecer o convite para participar do V Fórum da Internet no Brasil. Enfatizou as palavras de Hartmut Glaser sobre a relação de parceria entre o Itamaraty e o CGI.br para que a atuação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) esteja consoante e alinhada com o que o CGI.br faz, coordenando todas as entidades que lidam com Internet no Brasil. Esclareceu que a participação do MRE colabora com o CGI.br, pois mantém o comitê informado sobre os desdobramentos na área de governança da Internet ao redor do mundo.

Apontou ser oportuno o tema do painel do Fórum da Internet “Evolução da Governança da Internet: Empoderando o desenvolvimento sustentável”. Exemplificou que a parte final do título do Fórum da Internet, “Desenvolvimento Sustentável”, é importante, pois neste ano a Organização das Nações Unidas (ONU) está negociando os objetivos de desenvolvimento sustentável que devem ser perseguidos a partir do próximo ano, 2016. Como já se sabe, no ano 2000 foram fixados os objetivos e metas do milênio, que completam quinze anos em 2015 e serão reavaliados para esse próximo período. Portanto, o Embaixador julgou que a temática está muito alinhada com essa discussão internacional que está acontecendo e, independentemente da discussão, o tema é em si relevante, pois indica uma finalidade para aquilo que se busca fazer. Ou seja, por meio do aperfeiçoamento da discussão do que é Internet, como deve funcionar, seu uso e funcionamento no Brasil e no mundo, Benedicto enfatizou que o objetivo final é o desenvolvimento.

Para ele o objetivo é o desenvolvimento econômico, social, e como componente de sustentabilidade, anteriormente mencionado pelo Secretário de Ciência e Tecnologia da Bahia, durante a Mesa de Abertura do Fórum da Internet. Já a Governança da Internet, a primeira parte do título, é também entendida como um ecossistema, porque envolve uma multiplicidade de processos, fóruns, diálogos, em diferentes níveis, local, regional, estadual, nacional, etc. O Embaixador explicou que a União Internacional de Telecomunicações (UIT) discute temas relacionadas à Governança da Internet, assim como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) discute certos aspectos. Explicou também que o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas também lida com o tema, e nele, Brasil e Alemanha lideraram um movimento que levou a uma resolução que reconhece que os mesmos direitos do mundo “*off-line*” devem ser respeitados também na Internet.

Segundo sua análise, essas ações internacionais servem para mostrar como a questão da governança é ampla e está espalhada em diversos âmbitos, se referindo tanto à gestão dos recursos quanto da parte do que é necessário para a Internet funcionar, como a engenharia e infraestrutura. Benedicto lembrou que Hartmut Glaser já havia explicado sobre a camada número dois de conteúdo, exemplificando o envolvimento da Internet com Direitos Humanos e Segurança. Para ele, essa é uma discussão que espelha o que acontece atualmente no mundo. Sua avaliação é de que do ponto de vista do trabalho executado pelo MRE, no âmbito da atuação internacional, fica muito claro que o tema Governança da Internet tem alcançado grande destaque nas discussões.

Revelou que está há quatro anos e meio na função de observador internacional e julga ter visto um crescimento exponencial a respeito do tema, sendo pauta de reuniões e encontros presidenciais. O Embaixador acredita que o tema muitas vezes surge como surpresa para as pessoas mais envolvidas com as discussões políticas, que se surpreendem com o interesse em inserir o tema Internet nas discussões políticas. Em seu ponto de vista, disse ver semelhança com o que ocorreu durante os anos 1990 com a agenda ambiental. Ele explicou que nessa época trabalhava na área ambiental e esse mesmo movimento aconteceu, com diversas reuniões e discussões internacionais, onde havia parceiros do MRE para obter mais informações e declarações a respeito do tema ambiental, como está vendo atualmente com a temática da Governança da Internet o parceiro CGI.br.

Identificou que o ponto de partida para essas discussões foi a realização da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, realizada pela primeira vez em 2003 em Genebra e 2005 em Túnis, na Tunísia. Ele explicou que a Cúpula foi uma reunião global, de onde emanaram vários conceitos e consensos que orientam a área até hoje. Ele reconheceu que a Governança da Internet é algo que se processa em diversos tabuleiros, em diversas dimensões. Foram estabelecidas linhas de ações temáticas: infraestrutura, Direitos Humanos, Ética, multilinguismo, necessidade de cooperação internacional e coordenação para avançar na busca das metas, visando a inclusão e superação do hiato digital. Para ele é claro o enfoque no desenvolvimento.

Disto, avaliou, surgiram conceitos importantes que emanaram da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação. Um deles é o multissetorialismo, indicando que a Governança da Internet não é um assunto para um só setor e de que a participação deve levar em conta o papel de cada um, buscando assegurar coerência na atuação. A partir da primeira Cúpula, que completará 10 anos este ano, informou aos participantes estar marcada uma reunião em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, entre os dias 14 e 15 de Dezembro para revisar a implementação dos resultados. Benedicto ressaltou que para a ONU este é um tempo curto para se fazer uma reflexão aprofundada, contudo, essa reunião foi precedida de vários encontros preparatórios realizados por diferentes órgãos como a UIT e UNESCO.

Para o IGF no Brasil no ano de 2015, a ser realizado em João Pessoa, será uma etapa de discussão importante, e o Embaixador espera que dessa reunião haja uma reafirmação da validade dos compromissos firmados dez anos atrás, e que ao mesmo tempo haja uma reafirmação do compromisso e da vontade de seguir avançando nas questões mais importantes de inclusão digital, de busca de cooperação internacional para atingir esses objetivos. Levantou o ponto de que uma das questões mais importantes que estarão sobre a mesa diz respeito ao futuro do IGF. Explicou que inicialmente foi estabelecido por 5 anos e prorrogado por mais 5. Esta reunião em João Pessoa conclui o ciclo de dez anos e será decidido sobre a renovação.

Da parte do governo Brasileiro tem-se apoiado a extensão do IGF e o Brasil é o país que revelou a posição mais ambiciosa nesse sentido, revelando a ideia de tornar o IGF um fórum permanente com apoio robusto e secretariado, pois estão certos que o IGF preenche uma função insubstituível e tem um papel que não pode ser preenchido por nenhum dos outros fóruns existentes. Benedicto avaliou que o papel do Brasil tem peso extraordinário nessas discussões, pois vários fatores contribuem para isso, como o consenso estabelecido há dez anos, o multissetorialismo, já praticado há 20 anos no Brasil, antecipando à conclusão adotada ao nível global.

Além de antecipar o modelo de Governança Multissetorial, o Embaixador destacou que o Brasil possui características únicas, como a grande capacidade de diálogo com todos os países, além de dimensões e problemas e também potencialidades relacionados tanto aos países desenvolvidos quanto aos subdesenvolvidos, portanto, múltiplas dimensões utilizáveis com diferentes países. Há também uma sociedade civil muito atuante e ativa, um setor privado relevante, apesar das grandes empresas de Internet não serem brasileiras, e um mercado consumidor muito importante. Isso faz com que o Brasil tenha uma configuração única em todas essas discussões e a palavra do país, não só pelo governo, mas também dos demais setores representantes, também é muito respeitada.

Concluiu enfatizando a relação próxima com o CGI.br, sendo uma parceria benéfica para ambos os parceiros. Disse ser importante que o Brasil seja visto com essa sintonia, onde o governo não está em oposição aos demais setores na Governança da Internet, demonstrando a comunhão e uma visão comum, embora haja nuances por conta de enfoques diferentes. Contudo, para Benedicto essa diversidade é algo que fortalece o país e que isso está muito claro desde a organização do NETmundial em São Paulo, se

refletindo nas expectativas para o IGF e para a reunião em Nova Iorque. Para ele, tudo isso é um processo que envolve todos os setores e um diálogo amplo. Essa reunião em São Paulo possui um valor intrínseco, independentemente de qualquer outro processo, exemplificando o IGF em João Pessoa e para a reunião em dezembro em Nova York, onde esse próprio formato de discussão estará sobre a mesa. Recordou que foi dito também pelas pessoas que o antecederam, que eles estão fazendo história, porque a Internet é de todos, envolve a participação de todos, então é essencial que desse fórum se identifique as potencialidades, os riscos, as questões que estão sobre a mesa hoje e que exigem uma reflexão.

Finalizou desejando a todos muito sucesso e êxito nos trabalhos, agradecendo o convite de estar presente no Fórum da Internet no Brasil.

Professor Hartmut Glaser passou a palavra para a próxima painelistas, Flávia Lefèvre.

B) Exposição de Flávia Lefèvre

Flávia iniciou sua fala destacando que atua há muitos anos na defesa do consumidor e antes mesmo de integrar o conselho do CGI.br, no ano passado, participou de todas as edições do Fórum da Internet no Brasil, desde a primeira edição em 2011, na cidade de São Paulo. Ela acreditou terem sido oportunidades fundamentais de ter contato com diferentes realidades que existem em um país com as dimensões do Brasil, trocando informações e criando sinergias entre as entidades que participam e representam a sociedade civil. Para ela, isso fortalece as lutas pelos direitos na Internet e em especial a sustentabilidade, com aspectos sociais e econômicos.

Lefèvre disse acreditar que quando se fala em aspectos sociais e econômicos, já está falando de Direitos Humanos, com viés acentuado para a liberdade de expressão e de liberdades políticas com livre fluxo de informações, privacidade, segurança e diversidade. No campo mais estritamente econômico, trata-se de preservar os direitos dos agentes econômicos exercidos de forma sustentável. Adiantou que a mesa seria uma forma mais genérica e internacional de discussão, portanto gostaria de trazer a dimensão local brasileira. Destacou o Marco Civil da Internet, atualmente uma referência para o mundo inteiro em termos de Direitos na Internet, exemplificando à plateia que ela seria como uma carta de Direitos que garante que a Internet não será um espaço que se prenda apenas aos interesses comerciais.

Aprofundando o que seriam os interesses comerciais, Flávia apontou que, por meio dos meios de produção, a força de trabalho será explorada. Para isso existem os direitos trabalhistas, direitos sociais, direitos do consumidor, e nesse sentido, o Marco Civil da Internet empoderou os consumidores de Internet para essa sustentabilidade, na medida em que são criadas ferramentas jurídicas poderosas para garantir acesso a todas e todos. A advogada explicou que o Marco Civil da Internet é a lei que tornou o acesso à internet universal, quando reconheceu a essencialidade desse direito. Isso aconteceu pois,

segundo ela, todas as pesquisas e estatísticas feitas no mundo inteiro mostram as potencialidades da Internet de enriquecimento cultural e econômico dos países. Terminou seu raciocínio explicando aos presentes que o Fórum da Internet no Brasil foi organizado especialmente em trilhas, como foram nos fóruns anteriores, que discutem os vieses fundamentais.

Flávia explicou a metodologia das trilhas, onde inicialmente iria se discutir uma temática como a Inclusão Digital, e acreditou que a mesa foi clara sobre a questão da infraestrutura, e destacou que a sociedade civil, por se encontrar massivamente nesse fórum, é responsável pela campanha “Banda Larga é um direito Seu”, onde há propostas de políticas públicas para implementar de uma forma democrática a infraestrutura de acesso à Internet no Brasil.

Ela foi enfática ao apontar que a distribuição da infraestrutura não é democrática, concentrada em estados e regiões com consumidores de alta renda e com mercado corporativo. Por isso, defendeu o Regime Público, previsto na Lei Geral de Telecomunicações, viabilizando que o poder concedente, neste caso a União, poderia estabelecer metas de investimentos que viabilizem a distribuição democrática da infraestrutura para que todos os cidadãos possam se beneficiar do acesso à Internet. Destacou que a força das entidades da sociedade civil foi preponderante para a aprovação da Lei 12.965/2014, o Marco Civil da Internet. Relembrou a difícil trajetória de aprovação da lei, e que agora é preciso continuar lutando para manter os direitos fundamentais adquiridos bem como a regulamentação destes direitos, tais como a neutralidade da rede, por meio da ferramenta jurídica para garantir a Democracia no universo da Internet, utilizando os aspectos técnicos para aferir se a neutralidade está ou não sendo cumprida pelos provedores de serviços de conexão à Internet.

Flávia divulgou que este tema seria debatido em um painel específico no dia 16 de julho, onde haveria uma composição multiparticipativa, com representantes da sociedade civil, de empresas, do governo. Por ser um debate quente, ela disse que gostaria de envolver toda a sociedade civil neste debate. Disse que gostaria também de dizer que o Marco Civil da Internet foi expresso, no art. 24, ao tratar das obrigações dos poderes públicos, no sentido de garantir o acesso à Internet, sendo necessário que a Governança para ser sustentável, deveria ser multiparticipativa, tendo em vista a dimensão de interesses abarcados pela Internet. Além disso, Flávia alertou de que a lei deixou muito clara a importância do CGI.br, em parceria com poderes públicos competentes, para estabelecer parâmetros e diretrizes para o desenvolvimento da Internet no Brasil.

Sendo assim, encerrou reiterando a importância do Fórum da Internet no Brasil e o papel do CGI.br em sua organização, distribuindo 120 bolsas para participantes, com base em critérios regionais e de gênero, para que, mesmo aqueles que não tenham condições, possam participar trocando informações e fortalecendo o diálogo a respeito da Internet no país. Agradeceu e desejou um bom fórum a todas e todos.

Professor Hartmut Glaser passou a palavra para a próxima painelistas, Carlos Afonso.

C) Exposição de Carlos Afonso

Carlos Afonso iniciou sua fala apontando que gostaria de poder contar com a presença da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) nessa mesa, pois a construção desse modelo de Governança, que foi iniciado no começo da década 90, teve substancial participação da Sociedade Civil e do Setor Acadêmico, com a liderança da RNP. Na opinião de Carlos, talvez não fosse possível a organização do CGI.br no formato que atualmente existe, com ações pluralistas e com todos os setores. Lembrou que a Internet não era algo considerado da área de telecomunicações, portanto era preciso normatizar essa separação, e criar uma estrutura de Governança onde todos os setores estivessem presentes. Comentou sobre o projeto no qual o secretário Maximiliano Martinhão apresentou naquele mesmo dia 15 de julho de 2015 na Mesa de Abertura do Fórum da Internet no Brasil. Tratava-se do projeto de integração de rede de fibra ótica no rio Amazonas.

Disse se lembrar de que quando se começou a discutir um projeto de integração de rede de fibra ótica plantada no fundo do leito do rio Amazonas, as pessoas diziam que não era possível, pois existiam troncos passando pelos rios. Contudo, ele destacou que as pessoas esqueceram que os troncos boiam e quando se descobriu isso, resolveram fazer. Carlos Afonso revelou que a RNP já pensava nisso há muito tempo, levar 7.000 quilômetros de fios de fibra ótica ao longo do rios, para viabilizar a conectividade na região Amazônica, o que antes só era possível de se imaginar possível via rádio e/ou satélite, analisou Carlos Afonso.

Para o conselheiro do CGI.br, esses são passos importantes que envolvem vários setores, e que o CGI.br tem sido convidado internacionalmente para explicar como é o funcionamento da organização. Mostrando quais são os prós e contras, as dificuldades e imperfeições, como é feita a construção do consenso. Carlos Afonso comentou que a maioria das resoluções importantes, foram construídas por consenso, com todos os setores sendo representados, inclusive com as empresas de comunicações. Relembrou que entre 2007 e 2009 o CGI.br construiu o decálogo, os princípios do CGI.br.

Explicou que apesar da maioria das resoluções serem consenso, construído por vários setores que possuem suas diferenças. Exemplificou o caso dos provedores de acesso que estão sendo representados por empresas de telecomunicações. Destacou a dificuldade de construção do decálogo primeiramente, pois foi difícil refinar quais eram os princípios realmente importantes e relevantes. Em segundo lugar que esses princípios fossem apresentados como um consenso de todos os setores representados no CGI.br. Em 2009 foram publicados os 10 princípios do Decálogo, que viraram referência e vários países já se interessaram pela proposta para Governança da Internet. Carlos Afonso também explicou que o Decálogo foi uma das sementes de construção do Marco Civil da Internet, outra batalha pluralista, com intenso processo de consulta, até chegar ao

Congresso Nacional. Em Brasília, para aprovação, houve também uma batalha, ainda mais difícil, julgou Carlos, para passar pelos legisladores federais, até a aprovação como Lei, assinada durante o encontro do NETmundial em abril de 2014.

Devido a isso, Afonso gostaria de destacar que há uma grande responsabilidade como CGI.br, pois com base nos recursos arrecadados na distribuição de nomes de domínio e números Protocolo de Internet (*Internet Protocol - IP*), Carlos Afonso explicou aos presentes que o CGI.br comanda todo esse trabalho através do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). Relembrou que são um dos pouquíssimos países a centralizar a distribuição de domínios através de números IP, destacando que, apesar do fato de haver essa arrecadação de recursos, derivados exclusivamente do registro de domínios “.br”, não são uma empresa comercial que vende domínios, não é essa lógica, explicitou Afonso, dando o exemplo de que o domínio “cocacola.com.br” vale exatamente o mesmo que “afonso.com.br” ou qualquer outro domínio. Não há também distinção entre marcas e valores, uma vez que esses recursos, que são de natureza privada, são usados para o desenvolvimento da Internet no Brasil de várias formas.

Também por consenso foram construídas estratégias para o uso desses recursos. Um deles é o que Hartmut Glaser descreveu, com estruturas de ponto de troca de tráfego (PTT). O Brasil possui uma das estruturas mais amplas do mundo. Fazendo uma comparação, o Canadá, até 2014 possuía somente dois PTT, e toda a troca da rede de dados do país passava pelos Estados Unidos. E para o Canadá fazer esta mudança estratégica, foi citado o exemplo do Brasil, principalmente depois das denúncias de Edward Snowden, fazendo com que a interconexão das redes canadenses se desse exclusivamente no país. Comentou também que foram convidados pelo parlamento italiano para apresentar a experiência do CGI.br e atualmente há um esforço na Itália de construir um sistema de Governança baseado no CGI.br. O presidente da *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers* (ICANN), Fadi Chehadé, cita sempre que o Líbano tem se esforçado para se espelhar no Brasil e na sua criação de modelo de Governança da Internet. E para Carlos Afonso isso não significa apenas transplantar a experiência, mas sim mostrar as oportunidades e desafios do modelo e construir algo próprio em seus países. Além disso, o trabalho feito pelo NIC.br possui confiança internacional e alguns países gostariam de se espelhar no sistema de endereçamento do NIC.br.

Finalizou sua fala apontando que há várias oportunidades de avanços, novos editais e projetos para abrir a criatividade com os recursos que o CGI.br possui. Além disso, também há a migração de endereços do IPv6. Disse que o CGI.br não pode mais deixar de estar presente internacionalmente, pois são demandados por outros países. Agradeceu pela oportunidade e a presença de todos.

Professor Hartmut Glaser passou a palavra para o próximo painalista, Flávio Wagner.

D) Exposição de Flávio Wagner

Flávio Wagner, conselheiro do CGI.br, iniciou sua fala dizendo que era um prazer estar em Salvador para participar dos debates, muito ricos, durante os três dias de Fórum. Disse que sua fala refletiria o tema do painel de abertura, sobre a evolução do ecossistema de Governança da Internet e Desenvolvimento Sustentável. Para ele, Desenvolvimento Sustentável, dentre muitos outros aspectos, envolve o uso da Internet como meio de promoção social e econômica, não só o acesso a serviços e conteúdos para toda a sociedade, mas permitindo que toda a sociedade seja um agente ativo na geração desses serviços e conteúdos, o que é um grande diferencial. Ela é o meio de geração distribuída de riqueza, que habilita a criação de novos negócios digitais, ou mesmo reforço digital em modelos de negócios tradicionais.

Para ele, todos enquanto sociedade devem zelar para que a Internet cumpra o papel de forma eficaz com a máxima abrangência possível. Explicou que esse objetivo existe dependendo do número de cidadãos conectados à Internet e que as estatísticas apontam que, cerca de dois bilhões, dos sete bilhões de pessoas que existem no mundo, estão conectadas à Internet. Disse que no Brasil há estatísticas que variam a porcentagem de brasileiras e brasileiros conectados à Internet, mas que de qualquer forma, o Brasil está bastante abaixo da média mundial de conectividade na grande parte das medições de conectividade.

Com isso, Wagner apontou que não por outro motivo, no IGF do ano de 2015 será debatido meios de conectar essas pessoas e qual o impacto do próximo bilhão de usuários conectados à Internet. Sabe-se que não há setor da economia hoje que não seja fortemente impactado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), e pela Internet de uma forma particular. Flávio analisou que as TIC e a Internet são meios poderosos de queima de etapas, habilitando saltos muito mais rápidos de desenvolvimento e inserção social e econômica. Para ele, a questão é de como a Governança desses ecossistemas está relacionado a esse objetivo de desenvolvimento sustentável. Dessa questão, disse emergir duas situações distintas, no cenário nacional e internacional, e disse que gostaria de abordá-los em sequência.

Primeiramente, apontou que no Brasil, o CGI.br existe há 20 anos, e de que o Marco Civil da Internet é bem mais recente, com apenas um ano. Explicou que o CGI.br possui o papel de propor diretrizes para o uso e desenvolvimento da Internet no país, não só conforme o decreto de sua regulamentação, mas também com o art. 24 do Marco Civil da Internet. Diante dessa promulgação do Marco Civil da Internet, e da necessidade que as suas disposições sejam efetivamente aplicadas, o CGI.br tem agora o dever de zelar pela boa interpretação e aplicação da lei.

Em segundo lugar, voltou a tratar da questão econômica e da geração de negócios que potencialmente podem ser viabilizados pela Internet. Contudo, explicitou que isso depende completamente de uma Internet aberta e favorável à novos negócios. Exemplificou que da mesma forma que as pequenas e médias empresas representam boa parte dos empregos do país na economia tradicional, também há na Internet a necessidade vital de surgimento de pequenos negócios inovadores. Flávio previu que alguns vão se tornar grandes, outros muitos grandes, mas a grande maioria vai continuar cumprindo esse papel de inserção econômica dos pequenos empreendedores ao redor do país, gerando postos de trabalho e distribuindo riquezas por todas as regiões e comunidades.

Considerando como exemplo um dos princípios básicos do Marco Civil da Internet, que faz parte do decálogo também, do ponto de vista da inovação e da geração de novos negócios, Flávio destacou que a neutralidade de rede é essencial, além do seu aspecto social. Para ele, uma Internet dominada por modelos de negócios de grandes corporações, especialmente em situações de verticalização excessiva, por exemplo, envolvendo o provimento de infraestrutura de conexão, pode ser altamente prejudicial à entrada de novos negócios e distribuição de riqueza. Por isso, cabe ao CGI.br não apenas participar da regulamentação de neutralidade de rede, conforme expresso no art. 9º do Marco Civil da Internet, mas também cabe a ele zelar pela correta interpretação desse conceito, evitando que ele seja subjugado pelos interesses econômicos das grandes corporações. Flávio disse que só deste jeito a Internet vai poder cumprir seu papel, como mecanismo de inovação e promoção de desenvolvimento sustentável para pequenos empreendedores. Para ele, a neutralidade de rede é um dos princípios importantes no desenvolvimento e uso da Internet, deu ênfase a ela por essa forte relação com inovação, que é um dos pilares do desenvolvimento sustentável.

Flávio disse acreditar que quando se pensa em evolução do ecossistema de Governança da Internet, isso pressupõe evolução em aspectos desejáveis de aperfeiçoamento sem esquecer as conquistas já obtidas. Frisou o conselheiro do CGI.br, "Evoluir no que for necessário e manter o que já foi conquistado". Para Wagner, o modelo brasileiro de Governança, com o CGI.br multissetorial forte e respaldado pelo Art. 24 do Marco Civil da Internet, citados por todos os presentes no painel e mesa de abertura, é elogiado e copiado internacionalmente. Apontou que, apesar disso, é preciso apoio constante e crescente da Sociedade Civil, para garantir que a sociedade, através de ação coordenada de todos os setores (governo, empresas, academia, sociedade civil), por exemplo, através do CGI.br ou através de outros fóruns, continue a ter protagonismo no desenvolvimento da Internet no país, influenciando a definição de diretrizes e políticas públicas.

Relembrou de que a separação legal entre telecomunicações e Internet, pela norma 4, de 1995, é outro bem que a manutenção deve ser lutada constantemente. Ele explicou que a norma 4 diz que existe a camada de infraestrutura de telecomunicações e que a Internet é um serviço agregado, e justamente por isso tem permitido essa inovação constante no seu uso, com o surgimento de novos modelos de negócio e conteúdos. Por isso mesmo, esse bem deve ser garantido para que a Internet continue como esse ambiente que permite rápida evolução sem as amarras de uma regulação restrita, como existe no setor

de telecomunicações.

A opinião de Flávio Wagner é de que o CGI.br deve continuar forte e respaldado pela sociedade, mantendo um caráter multissetorial, e claramente responsável por propor diretrizes públicas, não se tornando um órgão de governo, e nem implementador de políticas públicas, mas proponente de diretrizes junto ao governo, zelando pelos princípios estabelecidos no Decálogo do CGI.br e no Marco Civil da Internet. Assim, acredita ele, que no cenário Brasileiro um dos aspectos mais importantes na evolução do uso da Internet é justamente a manutenção do ecossistema de Governança já obtidas. Para Flávio não é uma coincidência de que a norma 4 seja do ano de 1995, assim como a criação do CGI.br.

É preciso que exista o reconhecimento social, de um conjunto de princípios de uso e Governança além do Marco Civil da Internet, devidamente regulamentado, interpretado e implementado de forma a assegurar esses princípios. Flávio julgou que o cenário internacional é certamente bem diferente, visto que há retomo da neutralidade de rede como princípio a ser assegurado também por outros países. Para ele, se vê que a neutralidade da rede vem sendo crescentemente adotada, apesar de algumas polêmicas. Lembrou que a *The Federal Communications Commission* (FCC) nos EUA, adotou recentemente, assim como a União Europeia (UE) tem trabalhado nessa direção, sinalizando uma definição bastante restrita a respeito da Neutralidade da Rede para promover a inovação, mesmo que com matrizes distintas da americana.

Foi exemplificado pelo painelista os casos do Chile e Holanda, no qual a análise é de que também avançaram na Neutralidade da Rede, mas ele contou que ainda há uma grande quantidade de países despreparados em termos de Governança da Internet, longe de uma discussão madura dessa relação entre Princípios de Uso, Governança da internet e Princípios de Desenvolvimento social e econômico. Nesse aspecto o CGI.br vem sendo repetidamente apontado como exemplo internacional de governança multissetorial, com amplas atribuições para promover o uso e desenvolvimento da internet, e tem papel importante no cenário internacional. Análogo a isso, os elogios também se dirigem ao NIC.br, especialmente pelo fato de ter colaborado na construção do Marco Civil da Internet, ao qual vários países têm vindo conhecer essa experiência, não só por seu conteúdo, mas também pela forma como se deu sua elaboração.

Internacionalmente, é preciso lembrar o caso do Líbano, mencionado na Mesa de Abertura e o Embaixador Chris Patten, que é o responsável por questões cibernéticas no governo norte-americano, que veio conhecer o CGI.br, além de um grupo de parlamentares italianos, interessados no modelo do CGI.br para implementar na Itália, assim como adotar uma legislação similar ao Marco Civil da Internet. Seguindo esta linha, Flávio revelou que está sendo discutido no âmbito do *NETmundial Initiative*, um projeto que capacitará países em questões de Governança da Internet, a partir da experiência do CGI.br. Por isso não é mais possível se abster do papel de protagonismo do CGI.br na discussão da evolução do ecossistema internacional de Governança da Internet. Flávio apontou que o protagonismo ficou evidente nas iniciativas para a realização do evento NETmundial, que o CGI.br trouxe para o Brasil em abril de 2014 e foi dada uma grande

contribuição para a difusão adequada de Princípios de Governança da Internet, e também o evento IGF 2015, que vai ser realizado em novembro, em João Pessoa (PB).

Resultante do NETmundial em São Paulo no ano passado, o documento apontou também *roadmap* (mapa do caminho) com diversos desafios, sobre o qual a comunidade internacional ainda precisa se debruçar na evolução da Governança da Internet. Wagner destacou os desafios relacionados aos aspectos não-técnicos da Governança da Internet, mas que possuem grande impacto social, econômico e político. Como exemplo, Flávio apontou as políticas de cibersegurança e privacidade.

Flávio explicou para os que não conhecem o IGF, se tratar de um fórum de discussão multissetorial. Ele destacou que é um fórum diferente dos tradicionais, pois não é eminentemente técnico como é o caso do *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers* (ICANN), que trata de nomes e números, ou o *Internet Engineering Task Force* (IETF), que trata de protocolos da Internet. Foi destacado que documento resultante do NETmundial em São Paulo no ano passado apontou para a governança multissetorial como um dos princípios fundamentais a serem promovidos, e que fazem parte do Decálogo do CGI.br, ainda precisando serem aperfeiçoados em fóruns e entidades internacionais do ecossistema da Internet. Exemplificou que da mesma forma que no Brasil, o modelo de governança multissetorial é um dos vetores para uma governança e promove desenvolvimento sustentável, em outros países isso ainda precisa ocorrer, para que o desenvolvimento da Internet não sirva a poucos setores e/ou países. No cenário internacional, não são apenas os múltiplos setores que precisam estar representados nesta discussão, na proposição de políticas e normas que tenham impacto sobre o desenvolvimento sustentável das comunidades e países. Para Flávio, são os próprios países que devem estar devidamente representados nessas discussões, evitando-se que decisões sejam tomadas apenas por países centrais, da mesma forma que devemos evitar que algum setor se sobreponha aos demais nesses processos.

Dando um exemplo, mencionou a ICANN que tem sofrido com a transição da supervisão de suas funções e deixará de ser feita unilateralmente pelo governo dos Estados Unidos da América (EUA). Espera-se que isso seja feito até o ano de 2016. Neste sentido, o conselheiro do CGI.br destacou que há um debate complexo a respeito do papel dos governos nesse novo modelo de supervisão, sendo questionado quais seriam as responsabilidades desse processo. A transição das funções também gerou um enorme debate, mais geral e complexo, sobre o empoderamento dos diversos setores, no processo de tomada de decisão dentro da ICANN. E por extensão no ecossistema de governança da Internet como um todo. Sendo assim, o princípio do multissetorialismo pode estar na cabeça de muitos, descreveu Wagner, contudo, disse que o ditado de que “o diabo mora nos detalhes” ainda se aplica, sendo destacado que a implementação do Princípio da Neutralidade da Rede não é algo trivial quando há inúmeros interesses conflitantes em jogo. No caso da ICANN, entidade com histórico controle por parte do governo dos EUA, tem sido claramente capturada por empresas interessadas em nomes de domínio, e que tem sido alvo constante de *lobbies* das indústrias de propriedade intelectual, relegando a sociedade civil um papel meramente secundário, que pouco influencia nas grandes decisões.

Ele previu debates duros em outros fóruns, em especial em países que estão implantando esse novo modelo multissetorial de governança, que justamente busca trazer um maior equilíbrio para esse processo de tomada de decisões, o qual o citado equilíbrio está longe do essencial para que o modelo multissetorial seja efetivamente um veículo para que a Internet seja uma ferramenta de promoção do desenvolvimento sustentável. Para concluir, em um mundo virtual onde não há fronteiras no comércio de serviços e geração e disseminação de conteúdos, é ilusório acreditar que vamos poder preservar todos os princípios de uso e governança da Internet, por cuja a consolidação estamos lutando no Brasil, se em outros países centrais, e também no cenário internacional, tais princípios não sejam respeitados.

O painelista disse esperar que o Fórum reflita sobre as relações entre desenvolvimento sustentável e princípios de governança da Internet e nas relações entre governança nacional e internacional, fazendo efeito disso em outros países. Espera também que se possa chegar a conclusões e recomendações que reflitam a respeito de avanços que já aconteceram no Brasil. Flávio pediu para que se fosse crítico na análise, para se levar as contribuições ao IGF regional, que ocorrerá no México e no mundial, a ser realizado no Brasil, no final do ano. Espera que desse modo seja possível manter o papel de protagonismo no ecossistema de governança da Internet mundial, pois assim estarão sendo preservadas as próprias conquistas no plano doméstico.

Finalizando, pediu desculpa pela longa fala que fez, além do limite estabelecido, e reiterou o desejo dos outros colegas painelistas de um ótimo Fórum da Internet no Brasil com excelentes discussões e debates ao longo desses próximos três dias. Disse esperar que a hospitalidade e a alegria da Bahia inspirem bastante também.

Professor Hartmut Glaser passou a palavra para o próximo painelista, Henrique Faulhaber.

E) Exposição de Henrique Faulhaber

Henrique Faulhaber iniciou sua fala dizendo que era um prazer discutir assuntos tão importantes a respeito da governança da Internet com os demais colegas presentes na mesa. Ele destacou que, como pode ser visto pelas falas anteriores, o tema da governança da Internet é bem amplo e complexo, envolvendo desde questões dos direitos humanos na rede, liberdade de expressão, gênero, nomes de domínio, cibersegurança e outra gama enorme de ameaças que rondam o desenvolvimento da Internet. Ele apontou que a Internet atualmente é considerada como um dos maiores fatos econômicos das últimas décadas por estudos feitos pela consultoria McKinsey Global Institute em 2011, mostrando que o setor de Internet já era maior que os setores de agricultura e energia no nível global, ultrapassando inclusive o Produto Interno Bruto (PIB) de países como Espanha e Canadá. Nos países desenvolvidos, a importância do setor relacionado as atividades de Internet eram responsáveis por um crescimento de até 20% no PIB. Então, concluiu Henrique, desenvolvimento da Internet gera emprego, riqueza e desenvolvimento da sociedade.

Para falar sobre governança, Faulhaber disse envolver fazer escolhas, pois é impossível abarcar todos os aspectos. Exemplificou a questão da propriedade intelectual *versus* o conhecimento compartilhado; a cibersegurança; a soberania dos povos e países *versus* eventuais acordos multilaterais, tudo isso está sob o guarda-chuva da governança da Internet. Então, como deve-se fazer escolhas, esse painel da manhã serve para preparar as discussões que serão feitas nos próximos três dias, e naturalmente, também se pode preparar para o IGF, em João Pessoa em novembro de 2015. Ele julgou que o IGF no Brasil será um evento muito importante, onde todos os países estarão presentes, e essas questões fundamentais estarão lá sendo endereçadas. Focando suas observações de governança local da Internet no Brasil e nas funções do CGI.br, listou cinco pontos principais.

O primeiro, já muito abordado anteriormente, é a questão da universalização do acesso. Para Henrique, efetivamente, o Brasil tem, de acordo com as estatísticas mais utilizadas, cerca de 80 milhões de pessoas navegando na Internet, para uma população total de mais de 200 milhões de habitantes. Sabe-se que, dos 80 milhões, uma parcela muito expressiva é feita através da telefonia móvel, pois a penetração da Internet, ou banda larga de alta velocidade, fica mais restrita aos grandes centros. Aprofundou seu pensamento apontando que mesmo nos grandes centros, nas áreas periféricas, existem regiões com níveis de conectividade muito baixa. Então há um desafio de ampliar o uso de Internet, fazendo com que a banda larga chegue a esses locais que a maioria dos acessos é feito por telefonia móvel, com velocidade baixa, e limitada sob franquias restritivas. Assim, há um espaço enorme para levar a Internet a todo o país. Esclareceu que há níveis altos de exclusão nas áreas rurais brasileiras e nas periferias das grandes cidades.

Faulhaber explicou que as obrigações determinadas na última concessão da tecnologia 4G para atingir áreas rurais, ainda não foi efetivamente iniciada. Portanto, disse acreditar que a mobilização da sociedade, em contato com o CGI.br, realmente poderia fazer com que o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e as políticas públicas que possam levar a Internet à maior parte da população sejam, de fato, implementadas. Julgou que o governo tem feito esforços, como as iniciativas de cabos de fibra ótica no leito do rio Amazonas, um novo cabo submarino para a Europa, o lançamentos de um novo satélite no ano que vem. Para ele, muito ainda deverá ser feito e disso depende o futuro da sociedade brasileira, já que não se leva essas novas tecnologias para a maior parte dos brasileiros, o que em sua visão tem prejudicado o projeto de desenvolvimento brasileiro.

O segundo ponto que Henrique apontou, é de que seria preciso dar maior enfoque a questão da segurança na Internet. Hoje é uma ameaça para os cidadãos, para empresas, países que estão sofrendo ameaças de espionagem e ataques de organizações criminosas ou de outros países inimigos, então ele recomendou que a questão de segurança precisa ser endereçada, pois ela ameaça o desenvolvimento da Internet. Como citado anteriormente, Faulhaber destacou que o NIC.br tem um departamento chamado CERT.br, que é referência internacional em identificação de ameaças, prevenções e na mitigação de ataques cibernéticos. Relembrou que há dois anos atrás, fizeram uma atividade bem sucedida, coordenada pelo CERT.br, em articulação com muitos órgãos

dos demais setores chamado “Combate ao Spam”. O objetivo foi alcançado através de instrução de medidas técnicas e de conscientização, fazendo o Brasil deixar de ser o segundo país em envios desse tipo de e-mails maliciosos para o 23º lugar no ranking. Ele acredita que outras iniciativas como essa também precisariam ser feitas.

O terceiro ponto apontado, falado anteriormente pelos colegas da mesa, é a questão do reforço da governança multissetorial no Brasil. Ele destacou o papel do governo, com o Poder Legislativo aprovando o projeto executivo do Marco Civil da Internet, uma lei importante para a Internet, pois é o regramento jurídico que norteia o Poder Judiciário a julgar o certo e errado na Internet. Contudo, para Henrique Faulhaber, o espaço da governança não é constituído apenas pelo governo, mas pela sociedade, através do diálogo, da cadeia econômica (provedores, empresas de telecomunicações, empresas de tecnologia). Em sua visão, a sociedade como um todo pode, de forma articulada, fazer com que a Internet funcione cada vez melhor, não só baseada nas leis, mas sim nesse conjunto de boas práticas e nesse trabalho de conscientização, que é onde tem-se trabalhado. Nesse sentido, ele explicita ser importante que exista a separação entre o que é regulado, como é o setor de telecomunicações, dependente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e o outro caso é o setor da Internet. Na Internet, explicou ele, são camadas acima das camadas de acesso e é um local onde a regulação não só é insuficiente, mas como também as vezes atrapalha. A tecnologia é muito dinâmica, e se você não tiver um mecanismo muito dinâmico para administrar essas situações, você não consegue deixar a Internet se desenvolver como deveria.

O quarto ponto, apontou o conselheiro do CGI.br, trata de seu setor, o setor de tecnologia de informação. De fato, concluiu ele, foram criados verdadeiros oligopólios nas plataformas de Internet. Ele explicou que atualmente se busca no setor de Internet as redes sociais, comunicação instantânea, compras, supermercados, entretenimento, cinema e música. Estes setores, todos eles, estão concentrado em empresas norte-americanas, onde a Internet nasceu. O próprio continente europeu tem questionado o poder quase absoluto que essas empresas possuem nesses segmentos. Seria importante que o CGI.br nesses próximos anos pudesse listar os mecanismos de defesa da concorrência. Exemplificou que, em outras palavras, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), poderia procurar ter a dimensão do monopólio que está se criando no setor de serviços de Internet, e também que o país tenha uma política estratégica de desenvolvimento das plataformas nacionais.

Henrique exemplificou as formas que poderiam ser feitas para reconhecer o poderio oligopolista do mercado norte-americano na Internet. Através de investimentos em pesquisas nas universidades, estímulos às startups e empresas que já estão no setor, e o caso da política de incentivo ao cinema nacional, taxando o produto internacional que aqui chega. Para isso teria de se criar mecanismos pelos quais não se deixasse simplesmente na mão do mercado a questão de quem é que vai prover o serviço de Internet aqui e agora, ou no futuro. Deveria se espelhar no exemplo europeu, que está passando por dificuldades em colocar suas empresas em papel de protagonismo no mundo da Internet. Essa é uma questão que seria preciso enfrentar mais e acredita que será tema de alguma das mesas.

Finalizando, o quinto e último ponto destacado é sobre a privacidade. Disse estar preocupado com o rumo que a Internet está tomando, mesmo com a promulgação da Lei do Marco Civil da Internet fornecendo provisões sobre o tema, ainda existe uma lei que está sendo encaminhada brevemente do Poder Executivo para o Legislativo tratando da privacidade dos dados em rede. Acredita ele que isso poderia ser um tema que houvesse envolvimento por meio de discussão e debate nos próximos meses, uma vez que a economia da Internet acaba se baseando muito na entrega dos dados pessoais e na privacidade dos usuários, sem que os usuários ou as empresas se deem conta que isso está acontecendo, explicitou ele. Então, o trabalho de conscientização e discussão sobre o valor da privacidade e dos dados pessoais de cada indivíduo, e como isso pode ser passado para esses intermediários, é uma questão que precisaria ser discutida cada vez mais. Desejou a todas e todos um grande evento.

Coordenador da Plenária Inicial, Hartmut Glaser, iniciou sua exposição final.

F) Exposição Final Professor Hartmut Glaser

O coordenador da Plenária Inicial apontou cinco breves comentários a respeito da evolução da governança da Internet. Disse que foram ouvidos os diferentes setores representados no CGI.br. Segundo Hartmut, o objetivo era apenas provocar os presentes um pouco, para que depois os temas pudessem ser debatidos nas trilhas. A primeira trilha é “Desafios da Inclusão Digital”, coordenada por Percival Henriques. A trilha de número dois, coordenada por Nivaldo Cleto, abordará o tema “Economia da Internet”. A terceira, realizada no salão lótus, “Cibersegurança e Confiança”, coordenada por Lisandro Granville. E a última trilha, de número quatro, “Internet e Direitos Humanos”, coordenada por Thiago Tavares, aqui de Salvador.

Explicou que na parte da tarde as pessoas teriam de se dividir entre os quatro temas. Destacou que tudo seria anotado. Consensos e dissensos seriam apresentados na sexta-feira à tarde, ao longo da plenária final. Pediu para que todos pudessem contribuir, pois é importante ter todas as vozes, mesmo sendo a favor ou contrárias as apresentadas. Haverá espaço para desconferências, visto que o Fórum é um ambiente democrático e pediu novamente o máximo de contribuições.

Agradeceu ao pessoal da RNP da UFBA que forneceu acesso à Internet e dois fornecedores de um link alternativo, de emergência, colocados como parte da infraestrutura, gratuitamente disponibilizados ao CGI.br, que é a empresa Ítalo e Imirisol.

Hartmut Glaser, encerrou a Plenária Inicial agradecendo a participação e presença de todos.